

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
11**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903041	
CAPÍTULO 2	13
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS	
Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1251903042	
CAPÍTULO 3	19
CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Paulo Rosas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1251903043	
CAPÍTULO 4	30
FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO	
Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903044	
CAPÍTULO 5	36
GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1251903045	
CAPÍTULO 6	48
O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?	
Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1251903046	

CAPÍTULO 7	60
POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1251903047	
CAPÍTULO 8	68
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1251903048	
CAPÍTULO 9	79
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR	
Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.1251903049	
CAPÍTULO 10	93
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO	
Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.12519030410	
CAPÍTULO 11	105
PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030411	
CAPÍTULO 12	118
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.12519030412	
CAPÍTULO 13	128
POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL	
Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030413	

CAPÍTULO 14	141
POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES	
Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030414	
CAPÍTULO 15	149
PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS	
Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030415	
CAPÍTULO 16	159
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Juliana A. D. da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030416	
CAPÍTULO 17	168
PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	
Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030417	
CAPÍTULO 18	178
PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP	
Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.12519030418	
CAPÍTULO 19	190
PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO”	
Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030419	

CAPÍTULO 20 198

PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL

Vitor Trein Lucca
João da Jornada Fortes Filho
Laura Perin Lucca
Antônio Vanderlei Dos Santos
Mauro Cesar Marchetti

DOI 10.22533/at.ed.12519030420

CAPÍTULO 21 207

PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU

Karinny Lima de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.12519030421

CAPÍTULO 22 216

PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER

Kátia Farias Antero
Maria do Socorro Moura Montenegro
Anderson Franklin do Rego Antero
Thays Evelin da Silva Brito

DOI 10.22533/at.ed.12519030422

CAPÍTULO 23 227

PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Eleneide Menezes Alves
Romildo de Albuquerque Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.12519030423

CAPÍTULO 24 236

PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO

Maria José Fernandes Torres
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araújo dos Santos
Keila Cruz Moreira
Carlos Eduardo Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.12519030424

CAPÍTULO 25 252

PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Dayane Priscilla Bernardes Anjos
Franciela Félix de Carvalho Monte

DOI 10.22533/at.ed.12519030425

CAPÍTULO 26	263
QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM	
Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes José Vinícius Lopes da Silva Rodrigo e Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.12519030426	
CAPÍTULO 27	272
RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS	
Helena Müller de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.12519030427	
CAPÍTULO 28	288
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO	
Vanessa Alexandre de Souza Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030428	
CAPÍTULO 29	301
RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Emillia C. Gonçalves dos Santos Luciano Godinho Almuinha Ramos Yasmin Saba de Almeida Márcia Cristina Alves Bezerra Rafael dos Santos Costa Aldenora Santana de Oliveira Caroline Brelaz Chaves Valois Boaz Ramos de Avellar Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.12519030429	
CAPÍTULO 30	318
PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII	
Gladstone Barbosa Soares Maria do Carmo Lima Vilma Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030430	
CAPÍTULO 31	327
OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS	
Fernando Gregorio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	339

PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU

Karinny Lima de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco,
Centro Acadêmico do Agreste,
Caruaru-Pernambuco.

RESUMO: A atenção em torno das relações de gênero historicamente aparece enviesada por concepções que reforçam a assimetria de poder e incentivam a exclusão da mulher do espaço público, restringindo seu papel ao âmbito da família e dos cuidados com o outro. Esta cultura patriarcal serve de égide para a violência contra mulheres, meninas e adolescentes, que já se tornou pandemia no Brasil. Como política de enfrentamento desse contexto, foi criada a Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006, que prevê a realização de campanhas educativas e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares. Este trabalho analisou as configurações do “Projeto Maria da Penha vai à Escola” e sua recepção pelos/as gestores/as da rede pública de ensino em Caruaru. Foram constituídos dois corpora: documentos do projeto; entrevistas semi-estruturadas com agentes institucionais. Os resultados apontam para um processo contínuo, contudo não linear, e não consensual. Onde apresentou movimentos de rompimento com tipos tradicionais de ordem social, onde emerge uma agenda pública

advinda da articulação de diferentes forças políticas, na esfera do Estado, da sociedade civil organizada e da escola, que têm buscado, segundo diferentes compreensões em torno do discurso sobre “enfrentamento à violência de gênero”, desenvolver ações educativas que promovam a equidade de gênero na educação e que permitam a construção de um sistema escolar inclusivo, que enfrenta e combate as discriminações contra a mulher. Revelando um momento de deslocamento, que desafia a construção de novos posicionamentos pela escola em torno do enfrentamento à violência de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria da Penha, violência contra mulher, educação escolar, discurso.

ABSTRACT: Attention around gender relations historically appears biased by conceptions that reinforce the asymmetry of power and encourage the exclusion of women from the public space, restricting their role to the family and care of the other. This patriarchal culture serves as an aegis for violence against women, girls and adolescents, which has already become a pandemic in Brazil. As a policy to confront this context, the Maria da Penha Law was created, Law 11,340 / 2006, which provides for educational campaigns and the inclusion of gender equity content in school curricula.

This work analyzed the configurations of the “Maria da Penha Project goes to School” and its reception by the managers of the public school in Caruaru. Two corpora were constituted: project documents; semi-structured interviews with institutional agents. The results point to a continuous process, however nonlinear, and not consensual. Where he presented movements of rupture with traditional types of social order, where a public agenda arises from the articulation of different political forces, in the sphere of the State, organized civil society and the school, that have sought, according to different understandings around the discourse on “Addressing gender violence,” to develop educational actions that promote gender equity in education and to build an inclusive school system that addresses and combats discrimination against women. Revealing a moment of displacement, which challenges the construction of new positions by the school regarding the confrontation with gender violence.

KEYWORDS: Maria da Penha Law, violence against women, school education, discourse.

INTRODUÇÃO

Desde do século passado, movimentos feministas se articularam em luta pela igualdade de direitos civis, políticos, econômicos e sociais entre os gêneros, o que forçou organizações internacionais, países e estados a construir uma agenda política e legislativa orientada pelos princípios da justiça social. A atenção em torno das relações de gênero historicamente aparece enviesada por concepções que reforçam a assimetria de poder e incentivam a exclusão da mulher do espaço público, restringindo seu papel ao âmbito da família e dos cuidados com o outro.

Esta cultura patriarcal serve de égide para a violência contra mulheres, meninas e adolescentes, que já se tornou pandemia no Brasil, uma vez que a violência de gênero, está dessa forma, presente em todos os setores da sociedade independentemente de classe social, raça, grupo étnico, cultura, escolaridade, idade ou religião (BASTERD, 2004; LIMA, 2014; SANTOS; IZUMINO, 2005). É a partir desse cenário de pandemia social, que a violência doméstica e familiar faz o Brasil assumir o 5º lugar no ranking mundial de assassinatos de mulheres cisgênero, o 4º em estupro de vulnerável e o 1º lugar nos assassinatos de travestis e transexuais, segundo o Mapa da Violência (WASELFSZ, 2016). Esse cenário da violência no Brasil se desdobra até os municípios, em “efeito cascata”, o Estado de Pernambuco, por exemplo, ocupa o 7º lugar dos 26 Estados da Federação e Caruaru, por sua vez, é a 2ª cidade mais violenta dos 184 municípios do Estado de Pernambuco.

Para Louro (2003), discutir a violência de gênero na educação, implica analisar os processos, as estratégias e as práticas sociais e culturais que produzem e/ou educam indivíduos, sobretudo se quisermos investir em possibilidades de propor intervenções que permitam modificar, minimamente, as relações de poder vigentes na sociedade em que vivemos. Neste contexto, enquanto política pública de enfrentamento, destacam-

se vários marcos normativos, entre eles a Lei Maria da Penha, promulgada no Brasil, Lei 11.340/2006, que prevê ações sociais, preventivas, protetivas e repressivas, evidenciando-se a realização de campanhas educativas e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares.

A partir dessa normativa surgiram várias campanhas de prevenção à violência doméstica e familiar voltadas para o público escolar em diversos estados brasileiros, inclusive em Pernambuco, por meio das Secretarias da Mulher, das Secretarias de Justiça e/ou das Secretarias de Educação. Entre estas campanhas, destacam-se duas pela abrangência nacional: “Quem ama abraça: fazendo escola” e “Projeto Maria da Penha vai à Escola”. Foi nesse cenário que emergiu a temática do enfrentamento à violência contra a mulher na agenda educacional brasileira, onde a Lei Maria da Penha em especial o seu inciso V do artigo 8º regula que

“A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres” (grifos nossos) (FERNANDES, 2012).

Dessa forma, o primeiro município a implementar o projeto em Pernambuco foi Caruaru, em 2009. A partir da experiência de Caruaru e da socialização dos seus resultados, a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco resolveu implementar o projeto em outros Municípios. Em função do reconhecimento da importância da matéria, houve a publicação do Decreto de nº 40.317/14, em que o Governo do Estado de Pernambuco instituiu o “Comitê Pernambucano de Apoio à Formação em Gênero” e regulou no seu artigo 2º a inserção da disciplina de gênero no currículo do ensino médio, bem como a oferta de cursos de extensão e de especialização sobre temas relacionados à mulher, para profissionais da educação, da segurança pública e da saúde, a partir de convênios estabelecidos com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com a Fundação Joaquim Nabuco, com o Ministério da Saúde e com a Universidade de Pernambuco (UPE).

Diante disso, o Município de Caruaru, mudou o status de projeto para programa, por meio do Decreto de nº 035, de 17 de março de 2016, institui o Programa “Maria da Penha vai à Escola”, publicado no Diário Oficial do Município de Caruaru, com data de 16 a 22 de março de 2016. Dessa forma, ao longo de quase uma década de implementação do Projeto Lei Maria da Penha Vai à Escola, ficamos interessadas em pesquisar as formas de implementação do projeto desde 2009 até o ano de 2016. Para tanto, este trabalho analisou as condições de possibilidades e configurações do “Projeto Maria da Penha Vai à Escola” e sua recepção pelos/as gestores/as da rede pública de ensino em Caruaru. Envolveu dois objetivos específicos: 1) compreender o(s) discurso(s) sobre gênero e enfrentamento à violência de gênero presentes no

projeto; 2) Identificar as ações pedagógicas desenvolvidas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa, e por isso tem caráter relacional, pois, segundo Esteban (2010), a mesma envolve encontros face a face, participação, cooperação, interação. Sob essa perspectiva relacional, Chizzotti (1998) apresenta como pressuposto da pesquisa qualitativa a existência de “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (p. 79). Nesse sentido, as práticas qualitativas proporcionaram, segundo Melucci (2005) uma redefinição do campo da pesquisa social e contribuíram para superação dos dualismos sujeito/objeto, realidade/interpretação, fatos/interpretação, heranças da modernidade.

Alcançando assim a perspectiva de que há centralidade na linguagem e de que a ideia está sempre relacionada a culturas, tempos e contextos específicos que garantem alguma estabilidade e regularidade na oscilação e dispersão dos sentidos sociais, dos quais participa a própria investigação científica. Foi realizada o acompanhamento como observadora não-participante, durante o ano de 2015, dos encontros realizados nas escolas contempladas pelo Projeto Maria da Penha vai à Escola, pois Marconi e Lakatos (2010), defendem que a observação não-participante possibilita além de observar os fatos, falas, gestos, conversas, silêncios, olhares e movimentos com o propósito sistematizá-los, será possível, também, apanhar a riqueza desses detalhes e atribuir-lhes sentido diante de cada contexto apresentado nas relações de gênero vivenciadas.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas com agentes institucionais e levantamento dos documentos oficiais do projeto para a partir disso analisar as condições de possibilidades e configurações do “Projeto Maria da Penha Vai à Escola” e sua recepção pelos/as gestores/as da rede pública de ensino em Caruaru, bem como compreender o(s) discurso(s) sobre gênero e enfrentamento à violência de gênero presentes no projeto e identificar as ações pedagógicas desenvolvidas ao longo desses anos de implementação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para apresentar as condições de possibilidades e configurações do Projeto Maria da Penha vai à Escola ao longo dos anos de 2009 até o ano de 2016, é necessário fazer um breve histórico do projeto, apresentado assim suas versões e peculiaridades. O resultado será apresentado considerando as formas que foi implementado, tendo assim quatro versões do projeto. A 1ª versão ocorreu do ano 2009 a 2011; a segunda versão, do ano de 2012 a 2013; a terceira versão, do ano de 2014 a 2016. Contudo, segundo Oliveira (2016), em cada versão do Projeto Maria da Penha vai à Escola,

observamos que o Projeto se apresenta com uma nova abordagem, nova equipe e respectivamente novos formadores/as.

A primeira versão, ocorreu do ano 2009 a 2011, as formadoras do projeto foram três profissionais da própria Secretaria Especial da Mulher e uma professora da Faculdade do Vale do Ipojuca - FAVIP, sendo orientadas conforme o plano/proposta do próprio Projeto da Secretaria, que versa sobre a proposta da Lei Maria da Penha – enquanto lei que combate a violência doméstica e familiar. Nesta versão, a atividade pedagógica foi desenvolvida por meio da realização de Palestras com duração de 2 horas em uma única etapa e entrega do material de apoio (informativo sobre a violência doméstica e locais de acolhimento para a vítima) e por fim, a realização do Concurso de Redação.

Contudo, essa atividade pedagógica era uma ação pontual realizada pelas agentes da própria Secretaria Especial da Mulher. O concurso consistia em uma redação do tipo dissertativo, cujo tema era a Lei Maria da Penha e fora aplicado nas escolas acima mencionadas, destinado somente aos(as) alunos(as), alcançando um quantitativo de dois mil alunos(as). Não obstante, após análise dos resultados das redações, a equipe responsável pelo Projeto, observou que as redações produzidas giravam sempre em torno da bibliografia da Maria da Penha (sua profissão, onde morava, as duas tentativas de homicídios, a morosidade da justiça brasileira e etc), e que não havia produção escrita voltada às formas de violência elencadas na lei, assim como o seu respectivo enfrentamento, ou muito menos aspectos conceituais de gênero e violência de gênero.

Já na segunda versão, de 2012 a 2013, o projeto passou por uma reelaboração estrutural, pois a equipe da Secretaria Especial da Mulher entendeu que só o Concurso de Redação não dava conta da complexidade do problema de violência contra a mulher. Então, foi estabelecida uma parceria com uma Professora de Pedagogia da Faculdade do Vale do Ipojuca - FAVIP, em que por meio de projeto de extensão, os alunos de pedagogia participaram da campanha educativa enquanto monitores/formadores. Enquanto atividades pedagógicas implicadas nesta etapa do projeto, houve a realização de palestras com duração de duas horas em uma única etapa, mais a entrega do material de apoio (informativo sobre a violência doméstica e locais de acolhimento para a vítima). Dessa forma, os/as alunos/as produziram atividades voltadas à realização apresentações artísticas de mamulengos e peças teatrais abordando a temática, e só depois que foi realizado o Concurso Municipal de Redação cujo tema foi “Lei Maria da Penha: Uma Conquista de Todas as Mulheres”.

Na terceira versão, do ano de 2014 a 2016, houve ausência da implementação do projeto no ano de 2014 porque estava sob reformulação, uma vez que os/as agentes formadores/as viram que era necessário ter uma ação sistemática e contínua e não apenas uma única etapa. O ano de 2015 e 2016, embora permanecesse a parceria entre Secretaria Especial da Mulher de Caruaru e o curso de Psicologia da UNIFAVIP, através do Projeto de Extensão denominado “Gênero e Educação” e o Projeto de

intervenção do Laboratório de práticas psicológicas e organizações sócias (LAPOS), isso por si só não foi o suficiente para implementar o projeto, pois esfera da gestão, não houve a parceria da Secretaria de Educação do Município, havendo portando, inclusive, mudança da esfera jurisdicional.

O Projeto, diante desse impasse do não reconhecimento da política de gênero, foi implementado em apenas duas Escolas Estaduais na cidade de Caruaru. Percebemos que esse cerceamento aconteceu exatamente no cenário das discussões do Plano Municipal de Educação e que teve como desdobramento, o resultado da exclusão da pauta tanto de gênero como também de sexualidade nos projetos políticos pedagógicos escolares, o que levou ao momento de pior cenário político às demandas de implementação às políticas de gênero. Dessa forma, não se pode negar que há um processo de jogo de interesses antagônicos. Há de um lado, a luta pela politização e, no mesmo momento, há um movimento contrário, de luta pela despolitização da discussão de gênero e violência contra a mulher nas escolas.

Como exemplo desse fenômeno, podemos citar o episódio emblemático que aconteceu no segundo semestre de 2015, que segundo Oliveira (2016)

marcou o cenário político brasileiro por um intenso debate social em torno de campanhas da bancada federal conservadora e/ou evangélica pela exclusão de qualquer menção às discussões sobre gênero e diversidade sexual – que eram compreendidas nos termos do discurso conservador como ‘ideologia de gênero’ – dos planos de educação em todo país. Foi possível observar o conflito de interesses, assim como as relações de poder de cada um dos lados. Enquanto uns militavam pela politização das discussões de gênero, outros, por sua vez, lutavam pela desqualificação e despolitização da questão de gênero no âmbito escolar. Ecoando, também, nos âmbitos estaduais e municipais (OLIVEIRA, 2016).

Tudo isso aconteceu em uma rede de relações e articulações sempre tensas, sempre em atividade, exatamente porque se dá no âmbito das transformações e das lutas sociais. Inclusive os Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação publicaram, em junho de 2015, um Manifesto pela igualdade afirmando que a discussão relativa a direitos humanos, à equidade de gênero, raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher, deve ser componente curricular de todos os níveis de ensino, pois a escola necessita ser entendida como um espaço formador de cidadania e precisa, sobretudo, promover a reflexão e o diálogo sobre estas questões, contribuindo assim para a construção de uma sociedade democrática, respeitosa, inclusiva e sem censura.

Em contrapartida, ainda na terceira versão, o Projeto Maria da Penha vai à Escola ganha em 2016 o status de Programa, instituído pelo Decreto de nº 035 de 17 de março de 2016, que foi fruto de todo um processo de luta e reconhecimento de política pública para as mulheres no município. Este documento versa “sobre a igualdade de condições de direitos entre mulheres e homens e da obrigação do Estado em coibir violências no âmbito dessas relações”, conforme dispõe os art. 5º, inciso I e art. 226,

§ 8º da Constituição Federal e a previsão da Lei 1. 340/2006 em seus art. 3, § 1º e 2º, art. 6º e art. 8, nos incisos V, VIII, IX, onde cria mecanismos para conter a violência doméstica e familiar contra a mulher.

O que se observa enquanto atividade pedagógica nestas versões, é que pelo fato da atividade ser oferecida em momentos compartilhados entre alunos e alunas, percebeu-se que emerge concomitantemente, dois movimentos: o primeiro é que através da narrativa da história de vida, por meio dos filmes/curtas, frases de ordem e debates a partir de casos concretos, há uma emergência de uma consciência crítica de si e conseqüentemente a constituição de uma nova relação de gênero por meio do processo de desconstrução de (DERRIDA, APUD LOURO, 2012), esse método levou a questionar não só a verdade, mas também como operar o poder nos símbolos, nas instituições e sair do pensamento dual e da rígida visão polarizada que recai no binômio homem/mulher, masculino/feminino (OLIVEIRA, 2016).

Há nesse movimento, sobretudo implicações no processo de problematização de violência de gênero. Diante desse cenário, a violência é assim percebida como parte de práticas sociais hegemônicas de fixação de sentidos e identidades numa estrutura de gênero patriarcal, misógina e sexista. Essa estrutura é continuamente negociada pelos sujeitos conforme o contexto do jogo de posições onde vivem e, por isso, não há fechamento totalitário da estrutura. A violência é, portanto, uma forma de lidar com esse não fechamento ou contingência da estrutura (OLIVEIRA, 2016).

Assim, os resultados apontam que desde o início do Projeto Maria da Penha vai à Escola em 2009 até o ano de 2016, não houve um processo contínuo, linear e consensual pelo contrário, houve uma permanente busca pelo reconhecimento das políticas públicas de gênero no âmbito escolar, gerando inclusive conflitos de competência. Os resultados mostram que a política pública de enfrentamento à violência de gênero apresenta um rompimento com tipos tradicionais de ordem social, onde emerge uma agenda pública advinda da articulação de diferentes forças políticas, na esfera do Estado, da sociedade civil organizada e da escola.

Os resultados também apontam que há diferentes compreensões em torno do discurso sobre “enfrentamento à violência de gênero”, permitindo assim, desenvolver ações educativas que promovam a equidade de gênero na educação e que permitam a construção de um sistema escolar inclusivo, que enfrentando o combate às discriminações contra a mulher, em oposição sobretudo, à construção e implementação daquela agenda, outras forças políticas se articularam em torno do discurso sobre “ideologia de gênero” procurando, por ação ou omissão, inviabilizar ou restringir a do projeto Maria da Penha vai à Escola.

Outro ponto em comum nesses trabalhos é que o assunto sobre violência é tratado, segundo Louro (2014) como uma ameaça e que os procedimentos giram em torno da negligência, silenciamento e da despolitização, possivelmente supondo que se não se tocar nessas questões elas não entrarão na escola.

CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, mesmo que contingente, precária e provisória, podemos considerar as condições de possibilidades e configurações do “Projeto Maria da Penha Vai à Escola” e sua recepção pelos/as gestores/as da rede pública de ensino em Caruaru se apresenta em um cenário discursivo heterogêneo, que dialoga com Sales (2014) quando afirma que, não há discurso geral e homogêneo, mas uma diversidade de discursos que juntos constituem uma formação discursiva.

Não há, portanto, um princípio de coerência, pelo contrário, os discursos devem ser entendidos como sistemas mais ou menos regulados de dispersão. Os acontecimentos discursivos são dispersos, mas os efeitos ordenadores do sentido são fatores que dão certa regularidade que pode ser significada como uma “totalidade”. As articulações dos elementos do discurso, segundo Sales (2014), operam num campo cruzado por projetos articulatórios antagonistas, práticas hegemônicas nas quais se dá a articulação/desarticulação das práticas e papéis sociais, conforme a constituição das diversas identidades sociais, que estão sujeitas àquelas práticas articulatórias, não sendo intrínseca ou integralmente adquiridas, definitivamente constituídas.

Diante dos resultados, observamos que as ações pedagógicas desenvolvidas Projeto Maria da Penha Vai à Escola apresentam uma proposta de problematização e deslocamento dos padrões estereotipados de gênero, e que desafiam a construção de novos posicionamentos pela escola em torno do enfrentamento à violência contra a mulher. Assim, acreditamos que o Projeto Maria da Penha vai à Escola enquanto política pública de enfrentamento à violência gênero é imprescindível na promoção de uma cultura não sexista, a escola é dessa forma, compreendida não apenas como espaço escolar, mas como política escolar, que se inicia e se estende muito além do espaço da escola, passa a ser um terreno fértil para processos e disputas pela reprodução, deslocamento ou ressignificação de práticas e relações de gênero.

REFERÊNCIAS

BARSTED, L. L. **Uma vida sem violência: o desafio das mulheres**. Observatório da Cidadania. Recife, p.53-60, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998. ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 1998.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FERNANDES, M. P. M. **Sobrevivi... Posso contar**. 2ªed. Fortaleza: Armazém Cultura, 2012.

LIMA, J. O. **Violência doméstica: influência no desenvolvimento biopsicossocial e no processo de aprendizagem de quem sofre**. Interletras, v. 3, ed. n. 18, out. 2013/mar. p. 1- 8. 2014.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J. e GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

LOURO G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, K. L. **“Marias também têm força”: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2016.

SALES, R. Laclau e Foucault: desconstrução e genealogia. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre, 2014.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y El Caribe**. V. 16, 1, janeiro-junho de 2005.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Atualização – Homicídio de Mulheres no Brasil**. Santiago-Chile: FLACSO, 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125